

“NEODESENVOLVIMENTISMO” E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil)¹

Leandro Dias de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

leandrodias@ufrj.br

André Santos da Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

asrgeo@ufrj.br

Resumo

O objetivo deste artigo é estudar, com base na Geografia Econômica e Industrial, o processo de reordenamento territorial no oeste da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Mesmo com o bom momento econômico brasileiro, atualmente esta região assiste a um processo de reestruturação produtiva que reproduz um modelo industrial socialmente excludente e ambientalmente insustentável.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; Reestruturação Produtiva; Oeste Metropolitano (Rio de Janeiro – Brasil).

Abstract

The aim of this paper is to study the process of territorial reorganization in west of the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro based on Industrial and Economic Geography. Even with the good economic times in Brazil, currently this region attends a productive restructuring process which reproduces an industrial model of social exclusion and an unsustainable environmentally model.

Keywords: New development; Productive Restructuring; West Metropolitan (Rio de Janeiro – Brazil).

¹ Artigo desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "O Processo de Reestruturação Territorial-Produtiva no Oeste Metropolitano Fluminense", com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, através da modalidade de Auxílio-Instalação concedido ao Prof. Leandro Dias de Oliveira. Estas reflexões estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa "Reestruturação Espacial Contemporânea", registrado junto ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas [REC-LAGEPPE]. Agradecemos ainda ao PIBIC / Capes e à própria FAPERJ pelas bolsas de iniciação científica, concedidas aos alunos de graduação [Bacharelado em Geografia / UFRRJ] Marcelo Louira de Moraes e Guilherme Mappeli Chagas, fundamentais para a construção deste trabalho.

Prólogo

Este trabalho, que aproxima o horizonte teórico do atual desenvolvimento brasileiro e o processo em curso de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano do estado do Rio de Janeiro, pretende atender algumas expectativas analíticas, entre as quais a principal é *refletir sobre as transformações espaço-produtivas em curso no mundo atual*, que extrapola escalas e recortes geográficos e atinge as mais diversas realidades. Destarte, a apresentação deste trabalho em um evento cuja temática foi as *“Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”* se justificou, primordialmente, por: [1] em um mundo globalizado, haver uma necessidade premente de se pensar o espaço europeu para além de suas fronteiras; [2] os problemas captados pela ciência geográfica – *sejam econômicos, políticos, sociais, ambientais, ou uma combinação de todos* – cada vez mais se tornaram complexos, ora se assemelhando, ora se diferenciando, nos mais diversos países do mundo; [3] as experiências espaciais, com suas virtudes e problemas, devem ser compartilhadas, para que de maneira crítica se possa auferir as potencialidades de projetos territoriais em curso; e, por fim, [4] o Rio de Janeiro tem sido palco de investimentos internacionais de grande porte, como em megaeventos (particularmente os esportivos, como uma das sedes da Copa do Mundo e palco das Olimpíadas, mas também de outra natureza, com a Rio+20), instalações industriais de grande porte e modelos de ordenamento urbano e rural.

Parte-se, assim, de um pressuposto conceitual que articula toda esta reflexão: o Brasil vive atualmente tempos de *“neodesenvolvimentismo”*², que se trata a rigor de um modelo de desenvolvimento adequado ao “pós-neoliberalismo” (Ver: SADER, 2013). Após o período do governo nacional de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), onde predominou o modelo neoliberal e suas implicações – desregulação, privatizações e “retirada” do Estado da ordem econômica –, sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com as administrações de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Roussef (2011 até o presente momento), emergiu um modelo

² Consultar, por exemplo, a tese do atual Ministro da Educação, Aluizio Mercadante Oliva (2010), que à revelia da compreensão geral de que o *“desenvolvimentismo brasileiro”* – *que remete a tempos de fordismo periférico adaptado aos momentos de ditadura e populismo* – foi algo negativo, entende o *novo desenvolvimentismo* do governo do qual faz parte como positivo, por romper, segundo sua análise, com a agenda neoliberal, focar na esfera social e ainda vincular-se ao desenvolvimento sustentável.

econômico com novas bases produtivas, maior intervenção e regulação econômica do Estado e substituição das privatizações por PPPs (Parcerias Público-Privadas).

Se este modelo de “neodesenvolvimentismo” implicou na consolidação geopolítica de países outrora periféricos, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e para alguns, África do Sul), e crescimento econômico, tecnológico e produtivo de nações (como o próprio Brasil), ele ainda significa um desenvolvimento social lento para a população, com problemas sociais, ambientais e institucionais ainda muito distantes de soluções. O “desenvolvimento” permanece sendo entendido como “crescimento econômico”, e, portanto, excludente socialmente e ambientalmente insustentável.

Pensar este modelo de desenvolvimento atual a partir de um estudo empírico como o que agora apresentamos permite ir além de suas aparências e qualificar seus propósitos. Mas, acima de tudo, pressupõe balizar possíveis correções em sua rota de ação e efetivar a construção de planos urbanos e regionais mais incisivos, com respostas mais profícuas às necessidades sociais mais imediatas.

Introdução

Nas últimas décadas a Região Metropolitana Fluminense³ vem experimentando fortes modificações em sua estrutura econômica e espacial. Está em curso um reordenamento territorial da produção e do consumo, o que implica no aparecimento de novos investimentos e / ou incremento de antigas bases produtivas. Esta reestruturação territorial-produtiva em curso – *territorial*, por que implica em novas relações de poder e novas espacializações econômicas e socioambientais; e *produtiva*, porque está calcada em um novo modelo econômico, que pode ser denominado *pós-fordismo* ou *acumulação flexível* – está fundamentada no aparecimento de novos investimentos fabris, que compreendem desde a instalação da base exploração da camada Pré-Sal da Petrobrás em Itaguaí até as inúmeras intervenções realizadas nesta sub-região (Itaguaí e Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro), bem como a consolidação do Distrito Industrial de Queimados, o polo de cosméticos de Nova Iguaçu, os complexos químico-farmacêutico da Bayer, em Belford Roxo, e gás-químico da Refinaria de Duque de Caxias – REDUC, na Região da Baixada Fluminense, entre outros. Associados a estes investimentos do

³ “Fluminense” é o gentílico do estado do Rio de Janeiro, numa referência ao termo latino *flumen*, que significa “rio”, em alusão ao “Rio” dos nomes da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Já o termo “carioca” refere-se aos nascidos na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado.

ramo industrial-produtivo, emergem uma série de alterações espaciais, que remetem à constituição de infraestrutura, desde a consolidação de áreas habitacionais populares e de classes médias e altas até mesmo a expansão do porto de Itaguaí e edificação de eixos de ligação, com destaque para Arco Rodoviário Metropolitano, que ligará o Complexo Petroquímico do COMPERJ⁴ ao Porto de Itaguaí, a ampliação da Via Light, que ligará Nova Iguaçu até a Avenida Brasil, e a construção da Transbaixada, que perpassará a Via Light até a Rodovia Washington Luiz (BR-040).

Em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, tem-se início um profundo processo de tecnificação espacial que prioriza a efetivação de tecnopolos, *clusters*, *bunkers* e condomínios industriais, bem como as redes técnicas e comunicacionais. *O processo de reestruturação produtiva em curso significou uma profunda mudança na própria espacialização da indústria.* Assistimos a um momento de transformação do modelo produtivo-industrial, com base no surgimento de *novos* sujeitos, *novas* formas de produzir e *novas* marcas no território. Assim, ao observamos na contemporaneidade a emersão de uma nova *Geografia da Indústria* com o pulsar de um novo padrão de estruturação territorial, reforçamos que este modelo necessita ser esclarecido em seus matizes teóricos e empíricos. Dessa forma, apontamos como oportunas as reflexões sobre as demandas econômicas e territoriais no Oeste Metropolitano Fluminense no intuito de aprofundar o debate acerca da reestruturação espacial contemporânea.

Este artigo tem como objetivos: [1] debater, de maneira teórico-metodológica, os sentidos da reestruturação econômico-produtivo na atualidade; e [2] realizar um breve relato das atuais mudanças em curso no Oeste Metropolitano Fluminense. O recorte aqui proposto, o *Oeste Metropolitano Fluminense*, corresponde ao segmento da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro localizado na parte ocidental da Baía de Guanabara, oposto à Grande Niterói. Engloba assim as cidades do Rio de Janeiro e Itaguaí, além dos seguintes municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi e Seropédica⁵ (figura 1). É sobre esta região política e geoeconômica que alicerçamos os propósitos deste artigo.

⁴ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em processo de implementação no eixo Itaboraí – São Gonçalo.

⁵ Segundo esta regionalização, o Leste Metropolitano Fluminense inclui as cidades de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá e Guapimirim.



Fig. 1-Municípios que compõem a Região Metropolitana Fluminense
[Toponímia em cor preta – Oeste Metropolitano; toponímia em cor vermelha – Leste Metropolitano]
Fonte: Base disponível em http://www.inea.proderj.rj.gov.br/basetematica_estadoambiente/, fundamentada no Google Earth e adaptada por L. D. de Oliveira. Acesso em: 05/10/2013.

1. Desenvolvimento e Reestruturação Produtiva: Breves Apontamentos

Para entendermos essa lógica de reestruturação econômica e a ampliação das novas dinâmicas de produção e consumo, temos que considerar o contexto da evolução urbana do Rio de Janeiro, assim como certos comandos oriundos de mecanismos globais que impõem novas lógicas de produção e articulação produtiva. *Está em curso um novo processo de industrialização*. Podemos, de antemão, definir industrialização como um processo hegemônico no qual a produção fabril se torna dominante sobre as demais atividades, e passa a exercer influência direta sobre todas as esferas da sociedade, que envolve desde a política e a economia, até a organização social (Oliveira, 2011), pois se trata de “*uma profunda alteração da divisão social do trabalho*” (Singer, 1973, p. 32). Ademais, “*a industrialização caracteriza a sociedade moderna*” (Lefebvre, 2001, p. 03), e altera profundamente a geografia do mundo, em sua materialidade, com novos objetos, e em seu conjunto de movimentos (ações),

artificializando o espaço geográfico com próteses territoriais no advento do meio técnico (Santos, 2002).

Quando apontamos a ideia de reestruturação, entendemos que ela é expressa num contexto do capitalismo avançado como base indutora de transformações sociais e territoriais em curso (Soja, 1993). Neste caso específico, revela-se como faceta das modificações no espaço metropolitano do estado do Rio de Janeiro. Não é um processo endógeno e restrito a esta área, e assim torna-se mister pensarmos em uma combinação dialética de desconstrução e reconstrução no sentido de permanência e/ou desmoronamento que se traduz na afirmação de novos sentidos econômicos e sociais. A reestruturação econômica preconiza a emergência de novos espaços de produção e de consumo (Carlos, 2002); que se constituem, na realidade como frutos da própria dinâmica do capital (Harvey, 2006), mas também dos agentes que operam em práticas e representações na condução da produção destas formas-conteúdo (Lefebvre, 1972; Correa, 1993, Santos, 2002).

A proposta de pensar a reestruturação produtiva neste trabalho está focada em discutir as questões que envolvem a indústria e suas bases de produção. No limiar do século XXI, a configuração da lógica territorial da indústria e de suas bases de produção difere de sua instituição. Em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, a retórica neoliberal obteve vitórias contundentes ao obstruir, no âmbito político (e também nas esferas acadêmico-escolar) debates que envolvam a *centralidade do trabalho*, eclipsadas pela celebração da tecnificação que prioriza a efetivação de tecnopólos, *clusters* e *bunkers* industriais, bem como as redes técnicas e comunicacionais (Oliveira, Ribeiro, 2008).

Ainda que a aparência do modo de produção capitalista possa sugerir um decréscimo do trabalho e sua dissolução frente ao aparato técnico-científico, com o “agravamento do *homem-máquina*” — “fruto da reificação da informática e do aprofundamento da expropriação de um trabalho fetichizado por conciliar, de maneira alienada, concepção e execução” (Wolf, 2004, p. 365) — poucas coisas são tão indiscutíveis quanto a centralidade do mundo do trabalho (Antunes, 2001; Kurz, 2004).

A fragmentação industrial após a década de 70 que, por sua vez, conduziu a alterações na própria organização classista do proletariado, enxugando quantitativamente a mão-de-obra e sua participação sindical, criou no trabalhador um caráter multifuncional que não foi acompanhado de benefícios diretos. Este “trabalhador”, tornado *flexível* em seu cotidiano de trabalho e nos seus direitos até então adquiridos, teve sua importância questionada pela capacidade sedutora da técnica, *veloz e precisa*, como se a mesma fosse resolver todos os problemas da humanidade (Habermas, 1983; Porto-Gonçalves, 1992; Harvey, 2008), em uma

espécie de “fetichismo tecnológico” (Braga, 2005). Educado enquanto capital humano, o *trabalhador* observou a diminuição de seus salários, a disputa brutal por postos de trabalho, as demissões em massa, o aumento da carga-horária de trabalho, a “falência” das garantias trabalhistas e mesmo um controle direto de seu tempo livre. Também não parece ser coincidência que no momento em que assistimos a um profundo processo de reestruturação produtiva do capital – implicando em uma “deslocalização das fábricas” ⁶ (Wallerstein, 2003) que passaram a migrar dos países centrais para os periféricos – a poluição atmosférica tenha se transformado em um grande vilão para o futuro da humanidade.

Este modelo produtivo emergente, que podemos denominar *acumulação flexível*, possui características comuns ao fordismo, mas desconstruiu o antigo padrão de grandes plantas fabris, de cidades operárias, de desenvolvimento nacionalista e de produção em larga escala e em série (Oliveira, 2006). Levando em consideração os aspectos elencados, é possível fazer uma leitura contemporânea da produção industrial neste recorte territorial proposto.

2. As Transformações Espaciais no Oeste Metropolitano Fluminense

De antemão, apontamos que emergem nesta nova cartografia industrial fluminense – respeitando-se o recorte aqui trabalhado, o Oeste Metropolitano – a partir de meados da década de 1990, dois polos de desenvolvimento produtivo:

[1] no *Extremo Oeste Metropolitano* ocorre a instalação de grandes empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, como as instalações da Gerdau, Usiminas, Petrobrás e da LLX, do ramo logístico e que pertence à *holding* EBX, além da expansão do Porto de Itaguaí (com a ramificação da zona portuária para atender individualmente as empresas e a Marinha do Brasil) e dos eixos rodoviários;

[2] na *Baixada Fluminense* se consolidam enclaves de desenvolvimento econômico-produtivo – em um modelo que pode ser denominando de *fordismo periférico extemporâneo* –, como o Distrito Industrial de Queimados, bem como os complexos

⁶ Segundo Slavoj Žižek (2009, p. 28), com a deslocalização das fábricas exporta-se o lado sombrio da produção industrial – trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. – para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares “invisíveis” ao mundo desenvolvido.

químico-farmacêutico da Bayer, em Belford Roxo, e gás-químico da REDUC, na cidade de Duque de Caxias, e o polo de cosméticos de Nova Iguaçu⁷.

Estas áreas são historicamente desvalorizadas e estão paulatinamente se tornando um importante *locus* econômico do estado. Marcada por índices negativos de desenvolvimento econômico e social, e por uma imagem atrelada à violência pela ação de grupos milicianos de amalgamam *poder bélico e político*, tanto a Baixada Fluminense quanto a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro emergem, no advento do Século XXI, como eixos de alargamento produtivo-industrial e área de expansão urbana, com novos empreendimentos imobiliários e valorização do solo urbano. Não há dúvidas que com este vetor de expansão, novas oportunidades surgirão, o que envolve a reformulação do cabedal técnico de seus moradores, com a expansão dos polos universitários, como a própria UFRRJ, com o Instituto Multidisciplinar e a UEZO, e com o aumento de unidades de escolas técnicas, como as unidades do CEFET Nova Iguaçu e Itaguaí, os *campi* IFRJ Nilópolis, Paracambi, Duque de Caxias e Mesquita, e ainda as inúmeras unidades FAETEC localizadas em Duque de Caixas, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis e Paracambi. Concomitante a isso, haverá o aumento de postos de trabalho, a diversificação econômica, o investimento em transportes, e ainda, a valorização imobiliária da região, o que já pode ser notado nos altos preços dos imóveis dos grandes centros e ainda na própria renovação estética dos mesmos. Analisar este processo em curso é um grande desafio atual, não somente no que tange às novas formas produtivas e as reformulações na cartografia fabril fluminense, mas também para se pensar as potencialidades deste desenvolvimento na região.

Neste contexto, a “nova cartografia industrial” e suas tensões territoriais constituintes revelam também aquilo que David Harvey (2009, p.12) definiu como um jogo existente entre a “*lógica capitalista do poder e a lógica política / territorial do poder*”. Este jogo inclui tensões, aproximações e similaridades entre os interesses do capital privado e da demanda da gestão do território por parte do Estado. Igualmente, deve ser levada em conta a história territorial destas áreas, que ao mesmo tempo “justificam” e viabilizam estas novas projeções econômico-produtivas em curso.

Neste sentido, vale esclarecer que o Oeste Metropolitano – que didaticamente dividimos em duas sub-regiões, Baixada Fluminense e Extremo Oeste Metropolitano – se constituirá ao

⁷ Neste artigo, o recorte proposto foi pautado na análise destas duas sub-regiões, mas vale alentar que na própria cidade do Rio de Janeiro há outros polos industriais que merecem estudos específicos; neste caso, cumpre destacar o *Parque Tecnológico da Ilha do Fundão*, onde importantes empresas e centros de pesquisa, como Petrobras, Eletrobrás, General Electric, Usiminas, Repsol, entre outros, estão articulados com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

longo do século XX como área de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, onde já havia, de certo modo, a ocorrência de atividades fabris nestas áreas, inclusive progressas ao século XX. Afinal, como salienta Simões (2007), a indústria não é uma realidade nova na área da Baixada Fluminense, pois há resquícios da produção industrial do ramo têxtil em diferentes cidades, como Paracambi e Magé, que datam do século XIX. E ao longo do próprio Século XX, a Baixada Fluminense permaneceu recebendo a instalação de grandes indústrias, como a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1942, em Xerém, e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), em 1961, em Campos Elíseos, ambas no município de Duque de Caxias.

No que tange ao Extremo Oeste Metropolitano, deve ser considerado o fato de Itaguaí estar em proximidade com áreas industriais da cidade do Rio de Janeiro, que acabou recebendo reflexos dos focos de produção instalados no outro município. Como um exemplo recente, destacamos instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no distrito industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, que tem promovido impactos significativos sobre o aumento da demanda por mão-de-obra, a expansão do setor terciário e o aquecimento do mercado imobiliário na limítrofe cidade de Itaguaí.

Neste sentido, se torna clara a funcionalidade existente do Oeste Metropolitano, que ao longo do século XX já se mostrava um importante espaço produtivo. Maurício de Abreu (2006) destaca que neste período a instalação de algumas indústrias na periferia da cidade do Rio de Janeiro já era reflexo da *divisão territorial do trabalho* da expansão urbana desta cidade: de um lado se revelava pela supervalorização do solo da área central, que se especializava na concentração de serviços ligados ao terciário superior; de outro, pela própria demanda da produção industrial por mais espaços e a um menor custo viabilizasse sua instalação levaria à incorporação dos espaços próximos a metrópole.

Oliveira e Rodrigues (2009) destacam algumas características dos projetos industriais que se desencadearam entre 1950 e 1980: [a] utilização de grandes espaços; [b] localização próxima a grande vias de circulação; [c] forte presença do capital do Estado nos investimentos industriais (ainda que se revelasse o início de investimentos do capital privado). Nesse período se instalaram muitas indústrias em municípios da Baixada Fluminense, tendo em vista o posicionamento logístico diante da proximidade de grandes vias e o baixo valor do solo urbano. As instalações do Complexo Químico da Bayer do Brasil, em Belford Roxo, do Parque Industrial de Queimados, da Fábrica Nacional de Motores, e da REDUC, em Duque de Caxias, evidenciam o caráter estratégico da localização desta região. Todavia, a industrialização nesta área de expansão teve um período de baixa produtividade, sobretudo entre os anos de 1970-1990, e a desativação da Fábrica Nacional de Motores não foi apenas o indicativo de baixa na

produção regional, mas dos limites das características que marcavam o modelo produtivo nacional.

É após década de 1990 que surgem algumas visões otimistas para esta área, que vão ao encontro das ações das “lógicas políticas e territoriais de poder” – travestidos pelos investimentos dos governos estaduais e federais⁸ – com o interesse das lógicas econômicas de poder, representado pelo capital privado. Para a Firjan⁹ (2008), há uma intensificação do setor industrial na região metropolitana, onde a “Baixada” e a “área de Itaguaí” correspondem aos principais focos de redinamização industrial, através da apropriação de “áreas vazias”¹⁰ para a instalação de empreendimentos fabris e de estocagem.

Este processo de redinamização se torna possível devido particularmente a três aspectos: [i] a dinamização (ou o reanimação) da indústria na economia fluminense e seus possíveis reflexos na Região da Baixada Fluminense e no Extremo Oeste Metropolitano (Oliveira, 2003); [ii] o potencial logístico da Baixada Fluminense, pensando-se na agregação do Arco Rodoviário em consonância a outras infraestruturas logísticas presentes na região, como as rodovias BR-116 e BR-040 (Firjan, 2008); e a [iii] presença de fortes ações de capitais privados e do Estado em incrementos industriais na Baixada Fluminense, bem como os investimentos da EBX em Itaguaí, além dos insumos financeiros estatais na ampliação da REDUC, na estruturação do polo petroquímico em Duque de Caxias e do gás-químico em Itaboraí, e na instalação da base do Pré-Sal em Itaguaí, que dinamizarão a perspectiva da indústria química e petroquímica em todo o Oeste Metropolitano Fluminense (Rocha, Oliveira, 2012).

Caminhando na perspectiva do potencial logístico, os estudos da Firjan apontam que haverá aproximadamente 20% (em seu potencial máximo) de redução no custo do transporte de cargas (figura 2), fato que privilegiará em sua maior parte os municípios da Baixada Fluminense e o Extremo Oeste Metropolitano.

Diante de tal conjuntura, apontamos o prenúncio de uma nova geografia da indústria em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial na área que compreende os municípios da Baixada Fluminense, potencializada no aparecimento de novos espaços de produção. Por corresponder a parte integrante da periferia da metrópole fluminense – e há ainda em vários de seus municípios áreas de transição (zonas periurbanas) com extensas

⁸ Destacamos como principais investimentos as obras de engenharia que envolvem a redinamização do Porto de Itaguaí e a ampliação e construção de estradas como as obras do Arco Metropolitano que, conjugada à instalação do COMPERJ no Leste Metropolitano, tem a incumbência de constituir um polo logístico para distribuição e circulação de mercadorias em toda a região.

⁹ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ É importante destacar aqui o potencial da representação do discurso de “áreas vazias” como forma de apropriação do território (ROCHA, 2013). É oportuno destacar que o uso deste termo *esvazia* os embates sobre a gestão de ordenamento do território, considerando áreas livres para ocupação de interesse do capital privado.

áreas que ocorre uma ocupação rarefeita – estas áreas são dotadas de grande concentração de mão-de-obra. Essas zonas periurbanas, que podemos denominar de “*franja metropolitana*”, abrangem grande parte dos municípios de Queimados, Seropédica¹¹, Paracambi, Itaguaí e parte de Nova Iguaçu, que além do fato de serem recortados por vias de circulação, potencializaram sua ocupação fabril com a implementação de condomínios industriais.

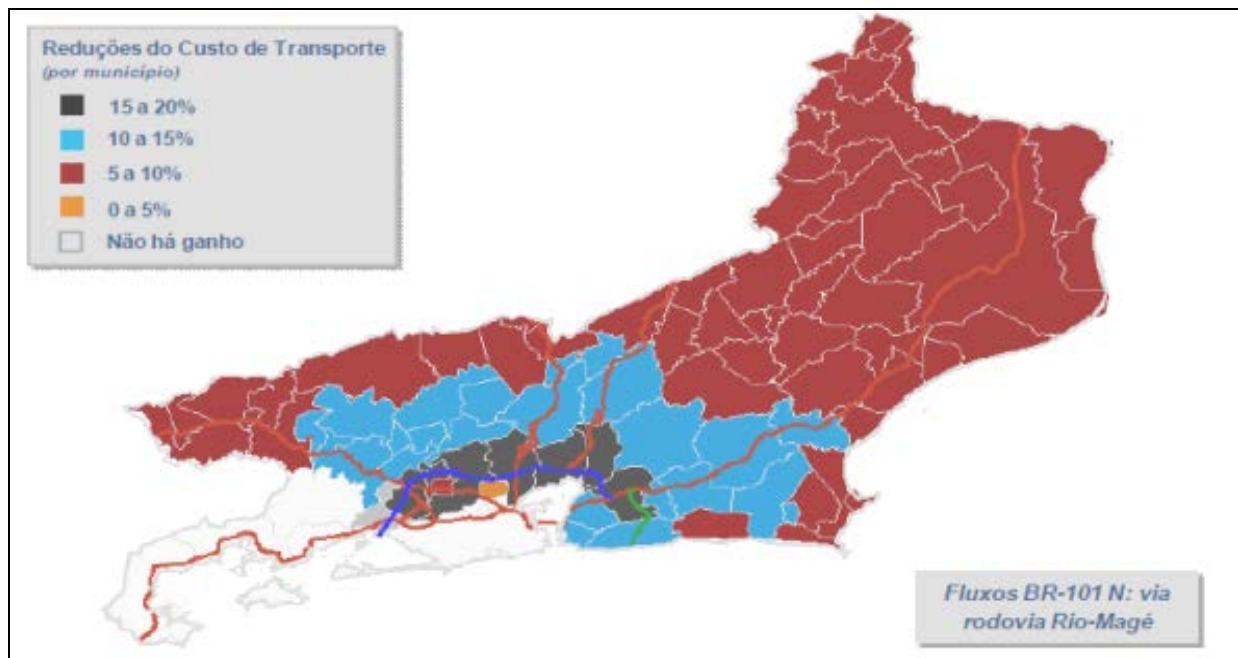


Fig. 2- Impacto do custo com transportes com a implantação do Arco Metropolitano
Fonte: FIRJAN, 2008, p. 22.

Esta nova “cartografia fabril” é fruto também de uma conjuntura que preconiza a consolidação do que aqui podemos denominar “*Cinturão Industrial Químico-Petroquímico da Metrópole Fluminense*”. É importante destacar o papel de Duque de Caxias, que com a produção da REDUC e o polo gás-químico configura-se como o terceiro no ranking de produção industrial (Ceperj, 2010) e que tem principais ações fabris: refino de petróleo (70,5% do total das saídas da indústria de transformação); resinas e elastômeros (8,8%); e produtos químicos orgânicos (5,5%). Além disso, é oportuno relembrar que o complexo químico industrial de Belford Roxo (que já atua na produção e tratamento de polímeros) e o químico-farmacêutico-estético de Nova Iguaçu viabilizam interações produtivas em torno de processos industriais desta demanda “químico-petrolífera”.

¹¹ O caso de Seropédica é emblemático: sede da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – a qual os autores deste artigo estão vinculados profissionalmente – a cidade vive uma profunda transição de área de economia predominantemente primária para a atual industrialização, com a instalação de novos empreendimentos industriais e até mesmo a criação de um parque tecnológico (Ver: Oliveira et. al., 2013).

Ainda na região do Extremo Oeste Metropolitano, segundo a Firjan (2012, p. 04) deve ser destacada a possibilidade da instalação de uma base *offshore* da Petrobras de exploração da camada do Pré-Sal¹² em terreno próprio em Itaguaí, o que deve se ocorrer entre 2016-2018. É importante destacar que o Arco Metropolitano, que ligará o COMPERJ¹³ – perpassando os municípios da Baixada Fluminense –, terá seu destino final no Porto de Itaguaí, o que permitirá constituir uma rede logística que integrará esses espaços de produção, permitindo a consolidação deste eixo como um "Cinturão Industrial Químico-Petroquímico da Metrópole Fluminense" (figura 3). Um balanço desta lógica baseada em um "neodesenvolvimentismo" se torna urgente, desde que se possa ir além das projeções da FIRJAN e do próprio capital privado; é fundamental destacar os elementos que implicam em um redirecionamento da própria apropriação e gestão do território.



Fig. 3: Estruturas logísticas no Oeste Metropolitano e os eixos de integração Petroquímica
Fonte: FIRJAN, 2011, p. 04.

¹² O Pré-Sal compreende uma porção do subsolo que se encontra abaixo de uma camada de sal situada a alguns quilômetros abaixo do nível do Mar. Essa área apresenta grandes reservatórios de óleo leve que permitirá a produção de petróleo de melhor qualidade. Atualmente, o foco de desenvolvimento energético do Brasil volta-se para esta área que se estende por grande parte do seu litoral.

¹³ No gigantesco Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em processo de implementação no Leste Metropolitano Fluminense, serão produzidos, numa mesma área industrial, derivados de petróleo e produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. Sua etapa inicial visa a implantação de uma refinaria com capacidade para processar 165 mil barris de petróleo por dia, abastecendo o mercado com óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação, coque, GLP (gás de cozinha) e óleo combustível.

Para os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 20), o território deve ser entendido pelo seu uso, o que implica que não devem ser retirados de cena os atores que o constituem (Raffestin, 1993). Neste sentido, apresentar novos horizontes e representações de “crescimento e desenvolvimento” é, em resumo, uma forma de apropriação do território (Rocha, 2013). Ao mesmo tempo em que justificam o reordenamento para a instalação de novas unidades fabris, há uma imposição em relação aos governos municipais para revisão de seus planos diretores e zoneamento das cidades. Muitas vezes estes processos se revelam excludentes, pois grande parte da população não participa dos debates públicos e, por conseguinte, não apresenta propostas alternativas ou complementares à reestruturação territorial-produtiva em curso.

Assim, para a iniciativa privada esse reordenamento do território é urgente e viável, tendo em vista a facilidade de organizar esforços nessas áreas sem necessidade, por exemplo, de desocupações de seus moradores. Entretanto, não são levados em consideração os impactos ambientais e sociais produzidos nessas “áreas vazias”, onde está presente um número significativo de pequenos agricultores e uma população de menor poder aquisitivo, além de importantes recursos hídricos que abastecem a região – pertencente à Bacia do Guandu – e o próprio aquífero do Piranema.

Destarte, essa representação de progresso e desenvolvimento para o Oeste Metropolitano Fluminense se defronta com a necessidade de um reconhecimento tácito e de ações conjuntas nas esferas das gestões municipais. Entre essas ações podemos destacar as revisões de planos diretores, ampliação dos incentivos fiscais e os investimentos na infraestrutura para o funcionamento dos futuros condomínios industriais. Ações que incidem diretamente no ordenamento do território e revela com diversos atores influenciam nas questões que envolvem o desenvolvimento territorial (Storper, 1997; Amim, 1998)¹⁴.

3.Considerações Finais

Diante das questões apresentadas, apontamos que há uma tensão no que se refere à questão de uma “cooperação” entre agentes econômicos e atores políticos nesta região. Impasses na produção territorial são condensados por uma oposição entre a demanda do capital privado e os horizontes políticos de gestão. Se por um lado este novo padrão industrial

¹⁴ Como exemplo das estratégias por parte do poder público municipal, a prefeitura de Queimados vem oferecendo isenções fiscais contínuas e uma redefinição de seu plano diretor para proporcionar a ocupação em torno da Avenida Presidente Dutra [BR-116].

implica em um barateamento da mão-de-obra (que cada vez mais cede lugar à tecnologia) e expulsa os empreendimentos poluidores dos grandes centros, por outro ocorrerá o *aumento local de postos de trabalho*, que demanda capacitação instrucional de seus moradores. Neste sentido, a emersão deste *Cinturão Industrial Químico-Petroquímico da Metrópole Fluminense* que apontamos neste artigo deve ser pensada como uma lógica que não emana apenas das iniciativas regionais, mas faz parte da proposta brasileira que aposta veementemente no modelo produtivo calcado na exploração e extração do petróleo, e que reserva para o Oeste Metropolitano Fluminense uma posição singular resultante da conjugação das ações do poder público e privado.

Desse modo, é oportuno discutir de que forma ocorrem os rebatimentos da reestruturação produtiva e como esta impacta a sociedade referente aos usos dos territórios. Insistimos que pensar a ocupação destas áreas “periurbanas” ocorre sem um diálogo com a comunidade e desconsiderando as práticas de produção agrícola que sustentam parte desta população residente. Contudo, nos entremeios desta operação industrial, com os novos condomínios e distritos industriais emergentes, é possível lutar pela melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos lucros obtidos.

Esta análise demonstra que os avanços econômicos e sociais brasileiros recentes ainda são espacialmente seletivos, e que o “*neodesenvolvimentismo*” ainda é um projeto distante da realidade de grande parte da população. A esperança consiste em reformular a concepção dominante de “desenvolvimento”; que este se torne menos *econômico* e mais *social e ambiental* em múltiplas escalas. Para isto, no que se refere ao menos na realidade aqui aludida, alguns passos são prementes: [a] maior diálogo com a população da *franja metropolitana*, respeitando-se as produções locais, como pequenas e médias empresas e as produções agrícolas orgânicas e familiares; [b] efetivação de planos urbanos e regionais mais incisivos, com respostas mais profícuas às necessidades sociais mais imediatas; e, por fim, a [c] adoção de práticas de produção industriais ecologicamente menos agressivas e mais adequadas a um modelo de sociedade ambientalmente sustentável.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. A. (2006). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Amin, A. (1998). *An institutionalist perspective on regional economic development*. Economic Research Group Seminar “Institutions and Governance”, London 1-22.

Antunes, R. L. C. (2001). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 4ª . ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

Braga, R. Sociedade Pós-Fordista e Trabalho Cognitivo: grande transformação ou fetichismo tecnológico? In: Galvão, A. [et. al.] (Orgs.). (2005). *Marxismo e Socialismo no Século XXI*. Campinas, SP: Xamã.

Carlos, A. F. A.. O consumo do Espaço. In: CARLOS, A.F.A (org.) (2002). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto.

Correa, R. L. (1993). *Espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 1993.

Geiger, P.P.; Santos, R. L. (1954). Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVI, n.º 03, p.291-313, julho- setembro de 1954.

Geiger, P. P.; Mesquita, M. G.C. (1956). *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

Góes, H. A. (1934). *Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: s/editor.

Habermas, J. (1983). Técnica e ciência enquanto "ideologia". In: Benjamin. Habermas. Horkheimer. Adorno. *Seleção de Textos*. São Paulo: Abril Cultural

Harvey, D. (2008). *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Loyola

Harvey, D. (2006). *A Produção Capitalista do Espaço*. 2.ª ed. Annablume: São Paulo

Kurz, R. (2004). *Com todo o vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro

Lefebvre, H. (1972). *La production de l'espace*. Paris: Maspero.

Mendes, R. S. (1948). *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*, 1948. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP.

Mercadante Oliva, A. (2010). *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Economia), UNICAMP, Campinas – SP.

Oliveira, A.; Rodrigues, A. (2009). Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre econômico*. Medelim. v.12, n.24, p.127-143.

Oliveira, F. J. G. (2003). *Reestruturação Produtiva e Regionalização da Economia no Território Fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH/USP, 2003.

Oliveira, L. D..(2006). *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*. Dissertação (Mestrado em Geografia), UERJ, Rio de Janeiro

Oliveira, L. D.. (2009). Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia – Uma breve análise sobre a obra O Neoliberalismo: História e Implicações, de David Harvey. *Revista Tamoios*, Ano 5, p. 83-87.

Oliveira, L. D. (2011). *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP.

Oliveira, L. D.; Horta, A. M. N.; Sousa, L. S. ; Cordeiro, C. S. (2013). Seropédica: reestruturação produtiva e transformações espaciais. *Pilares da História* (no prelo).

Oliveira, L. D.; Ribeiro, G . (2008). Reflexões sobre o ensino de Geografia Econômica: Breves análises em tempos de neoliberalismo e globalização. In: *Anais do XV ENG*. São Paulo: AGB.

Porto-Gonçalves, C. W. (1992). Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. *Terra Livre*, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 9-76.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

Rocha, A. S. (2013). Geografia Política das representações: projetos e jogos de poder na apropriação da Baixada Fluminense. In: *Anais do 14.º EGAL*, Lima – Peru.

Rocha, A. S. (2011). A representação "ideal" de um território: exemplificando a Baixada Fluminense. *Pilares da História*. Ano 10, n.º 11, p. 20-30, maio de 2011.

Rocha, A. S.; OLIVEIRA, L. D. (2010). As novas dinâmicas produtivas em curso na Baixada Fluminense: breves apontamentos sobre uma nova geografia da Indústria. *Pilares da História*. Ano 11, Edição Especial, p.7-13, maio de 2010.

Sader, E. (2013). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

Santos, M. (2002). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP.

Santos, M.; Silveira, M. L. (2001). *O Brasil. Território e sociedade do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

Singer, P. (1973). *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Simões, M. R. (2007). *A Cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno.

Segada Soares, M. T. (1962). Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24.

Soja, E. (1993). *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Storper, M. (1997). *The regional world. Territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press, 338p.

Wallerstein, I. (2003). Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo" In: CHESNAIS, F. [et. al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo?*. São Paulo: Xamã.

Wolf, S. (2004). Qualidade Total e Informática: A Constituição do Novo Homem-Máquina. In: Antunes, R.; Silva, M. A. M. *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

Žižek, S. (2009). *Violência: seis notas à margem*. Lisboa: Relógio D'Água.

Fontes Documentais

Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. FIRJAN, 2008.

Prado, C. (2011). Apresentação "Visões de futuro" – Potencialidades e Desafios da região da Baixada Fluminense Área I. FIRJAN, 2011. (Slide disponível em www.firjan.org.br. Data do acesso: 25/11/2011).

Produto interno bruto dos municípios – 2004-2008. Estado do Rio de Janeiro. CEPERJ, dezembro de 2010.

Visões de Futuro: potencialidades e desafios para o Estado do Rio de Janeiro. Região – Baixada Fluminense – Área I. FIRJAN, 2012.